

UMA EDUCAÇÃO POPULAR PARA UMA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Marcos Aurélio de Souza¹

Tem uma educação que vira o destino do homem, não vira? Ele entra ali com um destino e sai com outro. Quem fez? Estudo, foi estudo regular, um saber completo. Ele entra dum tamanho e sai de outro. Parece que essa educação que foi a sua tem uma força que tá nela e não tá. a educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é a sua. Ela tem o saber da sua gente e ela serve pra que mundo? Não é assim mesmo?... É por isso que eu lhe digo que a sua é a sua e a minha é a sua. Só que a sua lhe fez. E a minha? (Ciço, lavrador de sítio no sul de minas).²

Introdução

Em 2009, em sua introdução ao livro *Economia solidária como práxis pedagógica*, do professor Moacir Gadotti, Paul Singer definia a profunda ligação entre a educação popular e a economia solidária. Para Singer, esse vínculo decorre de que a economia solidária

(...) se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas, que cabe à educação popular difundir entre aqueles que a peculiar dinâmica do capitalismo exclui do espaço econômico que ele domina.³

Paul Singer foi secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) desde sua criação em 2003 até o fim do segundo governo Dilma, encerrado pelo golpe consumado em agosto de 2016. Nesse período em que ficou à frente da Senaes, foram realizadas três Conferências Nacionais de Economia Solidária⁴ (CONAES), nas quais o debate sobre o tipo de educação a ser

1 DIEESE.

2 Texto exposto em painel na entrada do prédio da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho.

3 GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. p. 10.

4 Realizadas em Brasília. A primeira conferência nacional de Economia Solidária ocorreu em junho de 2006; a segunda CONAES ocorreu em junho de 2010 e a terceira em novembro de 2014.

praticada para e pelo movimento da economia solidária teria papel central nas definições e proposições dessas conferências.

Já no documento final da primeira CONAES, se destaca que

A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário.⁵

A concepção que fundamenta a prática de economia solidária implica relações econômicas de produção, comercialização, prestação de serviços, finanças e consumo que são, em sua essência, transgressoras e, não por outro motivo, exige uma concepção de educação que carregue em seu projeto político pedagógico um compromisso libertário com seus educandos. Na economia solidária, se tornam centrais valores que são contrários à busca pelo lucro e à acumulação privada ao custo de crises ambientais e à imposição de riscos gravíssimos àquelas populações mais vulneráveis, vítimas das consequências da hiperexploração capitalista. A economia solidária supõe, portanto, um compromisso com o homem em sua dimensão transformadora, sendo ele o sujeito de uma atividade econômica ambientalmente sustentável e socialmente justa.

A operacionalização da economia solidária no dia a dia dos trabalhadores ocorre tendo a autogestão e a cooperação como autênticas formas de organização de suas atividades, sendo acrescentadas as preocupações com o bem viver de seus associados, o desenvolvimento em comunidade, a satisfação das necessidades humanas através de práticas de preços justos e produtos saudáveis. São temas próprios dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) discussões relativas à igualdade de gênero, raça, etnia, à valorização da cultura, à preservação ambiental e a manejos sustentáveis dos recursos.

Desse modo, podemos afirmar que os fundamentos e princípios da economia solidária se opõem frontalmente à lógica capitalista, possibilitando entre os trabalhadores dessas iniciativas solidárias um mecanismo de resistência política ao modo de vida dominante. Ainda que os empreendimentos operem no interior do capitalismo, fica clara em sua natureza a aspiração de se sobrepor à dominação do capital e à alienação do trabalho, sendo uma alternativa real para experimentação de iniciativas que visam à emancipação.

Portanto, tais características dos empreendimentos de economia solidária fazem da formação um elemento ainda mais central e estratégico para o desenvolvimento desse tipo de organização. Isso, porque, ainda que seja comum

5 BRASIL. **I Conferência Nacional de Economia Solidária** – Brasília, 26 a 29 de junho de 2006: economia solidária como política e estratégia de desenvolvimento. Documento final. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/deliberacoes_1_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025. p. 2.

na economia solidária que os trabalhadores possuam conhecimento sobre os processos de trabalho nos quais estão envolvidos, os temas da autogestão e da cooperação nos empreendimentos ainda se apresentam como um desafio e exigem a apropriação de conhecimentos específicos para garantir a manutenção e o desenvolvimento das iniciativas.

O sentido da educação popular e sua relação com a economia popular e solidária

Para Brandão⁶, a educação popular possui três sentidos. O primeiro, como educação da comunidade, que surge como movimento de educadores utilizando-se de

teorias e práticas do que então se chamou cultura popular, e se considerou como uma base simbólico-ideológica de processos políticos de organização e mobilização de setores das classes populares, para uma luta de classes dirigida à transformação da ordem social, política, econômica e cultural vigentes.⁷

A seguir, a educação popular é proposta como ferramenta para a luta e defesa do ensino através de uma escola laica e pública. Destacando que a centralidade do Estado na distribuição do saber escolar é uma conquista democrática, Brandão defende que, a despeito das múltiplas experiências registradas pelos movimentos populares de oferta de educação popular, o Estado deve exercer seu papel na redefinição de uma educação pública que seja transformadora, isto é, que esteja à serviço dos interesses e projetos das classes populares.⁸

O terceiro sentido está no capítulo que se intitula “o trabalho de libertação através da educação popular”. Nessa perspectiva, a educação popular se assume comprometida com a luta das classes populares, sendo, portanto, um “movimento de trabalho político com as classes populares através da educação”⁹. Portanto, a educação popular não se define como sendo uma versão do ensino para a educação de adultos. Pelo contrário, ela se coloca como um modelo totalizante de um outro projeto educativo, uma categoria de conhecimento comprometida com a superação das condições de injustiça e desigualdade e construída a partir de uma perspectiva popular.

A educação popular, no Brasil, possui vínculos profundos com o pensa-

6 BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. 2004. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/fec8b409-2342-41b8-9a41-80ae2f8b0bad> Popular. Acesso em: 8 fev. 2025.

7 Ibidem, p. 44.

8 Ibidem.

9 Ibidem, p. 40.

mento de Paulo Freire, desdobramento de sua ação como educador em Angicos, no Rio Grande do Norte, quando, em 1960, logrou alfabetizar 300 moradores/agricultores desse município. Seu método de alfabetização inovador lançaria os “fundamentos de teoria e prática ao que, anos mais tarde, veio a se chamar educação popular”¹⁰. De acordo com Heck¹¹, o método de alfabetização freiriano aplicado no pequeno município do Rio Grande do Norte levou 40 horas para alcançar seus objetivos, e foi estendido para Natal e João Pessoa.

A experiência não ficou no Brasil e se difundiu por toda a América Latina, tornando-se um marco referencial político pedagógico, através da cultura e, de maneira especial, da cultura popular. Os círculos de cultura, a leitura de mundo do educando, a palavra geradora e a crítica à educação bancária ganhavam uma dimensão central no processo de ensino aprendizagem, tornando a dialogicidade da formação o caminho a ser perseguido pelos educadores populares.

Ainda de acordo com Heck, o método de educação freiriano, cuja base foi o cimento para a estruturação do que hoje conhecemos por educação popular, ocupou os principais espaços de luta dos movimentos sociais e da classe trabalhadora brasileiros.

Nos anos de chumbo da ditadura militar e na luta pela redemocratização do Brasil, anos 1960, 1970, 1980, a educação popular freireana e sua pedagogia libertadora e conscientizadora ‘invadiram’ as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e as pastorais sociais das igrejas progressistas, ajudaram a construir o movimento sindical combativo, com as primeiras greves do ABC, as oposições sindicais que surgiram em todo país, de onde surge a CUT, ONGs como o CAMP, que eram instrumento para apoiar as lutas e ajudar na conscientização e organização de trabalhadoras e trabalhadores, Movimentos de luta pela terra, como o MST, as lutas urbanas por moradia, saneamento e transporte de qualidade.¹²

Nesse sentido, entende-se que a educação popular detém as ferramentas metodológicas fundamentais para o desenvolvimento de um aprendizado que fomente uma nova cultura, fundada no trabalho coletivo de organização da vida de forma solidária. A economia solidária passa a ter na educação popular os meios para a reinvenção do conceito de trabalho, substituindo o esforço individual para a produção de riqueza em benefício dos grandes capitalistas, colocando em seu lugar o fazer coletivo e a justa distribuição dos resultados em favor das classes populares. Nesse fazer, os trabalhadores educam a si e aos demais numa outra lógica, segundo a qual sua produção deve servir ao direito

10 BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/5ae09dc5-1fb7-4a90-a09b-419184fd91a6>. Acesso em: 8 fev. 2025. p. 29.

11 HECK, S. História da educação popular. In: **Educação popular e economia solidária**. [Cartilha]. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://camp.org.br/files/2017/11/Cartilha-Educa%C3%A7%C3%A3o-Popular-e-EcoSol-CFES-Sul.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025. p. 14.

12 Ibidem, p. 17.

a uma existência digna.

A relação de complementaridade entre a educação popular e a economia solidária tem o potencial de estabelecer um novo paradigma na dinâmica estabelecida entre o sujeito e o trabalho sob a ótica do capital, subvertendo a lógica da apropriação individual da produção e da renda, colocando em seu lugar o interesse coletivo e a partilha dos saberes e dos frutos do trabalho. A própria existência do Empreendimento Econômico Solidário é, sob certa medida, um ato de transgressão, dado que, como descreve Singer¹³, nessas experiências há uma fusão entre trabalho e capital, negando, portanto, a separação entre os meios de produção e trabalho: "(...) todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há e não proprietários que não trabalhem na empresa".¹⁴

Singer relata que, no Brasil, as primeiras experiências de economia solidária surgem como resposta à crise do início dos anos de 1980, que levou algumas indústrias a entrar em processo falimentar. Nesse contexto, são formadas algumas cooperativas para assumirem tais indústrias.¹⁵ Esse processo de assunção da massa falida pelos trabalhadores é possível a partir de mudanças na legislação vigente que permitem aos trabalhadores preservarem seus antigos postos de trabalho, tudo isso mediado pelo sindicato dos trabalhadores, que intervêm na justiça, conseguindo, por sua vez, formar associações que podem, futuramente, tornar-se cooperativas. O desafio, como argumenta Singer, "está em levar aos trabalhadores os princípios da Economia Solidária, convencendo-se a se unirem numa empresa em que todos são donos por igual".¹⁶

Singer não deixa, do mesmo modo, de destacar o desafio pedagógico que significa a formação de grupos de pessoas que estão habituadas a trabalhar na lógica da competição capitalista para uma outra lógica em que a cooperação mútua significa a elevação da vida material, pautada por relações econômicas solidárias. "A prática da economia solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural".¹⁷ Isto porque, para Singer, a solidariedade, no capitalismo, não está pautada para a realização de atividades econômicas que possam beneficiar a todos social e economicamente, mas para uma dimensão que toca apenas o campo afetivo, que reserva a solidariedade às relações familiares, às amizades ou aos compromissos que se estabelecem entre companheiros de luta.

O desafio pedagógico em torno da economia solidária, de acordo com

13 SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

14 Ibidem, p. 83.

15 Singer cita nominalmente a Wallig, indústria de fogões de Porto Alegre; a Cooperminas, que mantém a exploração de carvão em Santa Catarina, além de algumas indústrias em Recife e São José dos Campos.

16 Ibidem, p. 87.

17 SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília. INPE/MEC, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000063.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025. p. 15.

Singer, é apontar que ela direciona a um caminho que supera Adam Smith.

Ela propõe que todos os que se dedicam à mesma linha de mercadorias – alimentos, vestuário, veículos, produtos químicos, serviços de educação, de entretenimento etc. – também cooperem entre si e que os resultados do trabalho de todos sejam distribuídos de acordo com regras de justiça aceitas por todos ou pela maioria dos cooperadores. O mercado continua a funcionar, mas apenas para que os consumidores comuniquem aos produtores suas necessidades e preferências.¹⁸

Singer entende que a reeducação dos trabalhadores é um desafio pedagógico, dado que foram formados sob a ótica da competição capitalista. Todavia, essa reeducação não deve ser aplicada como algo abstrato, que não tenha aderência na própria prática dos trabalhadores em Empreendimentos Econômicos Solidários. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se reeduca na perspectiva da economia solidária e a partir da reflexão sobre as práticas dos empreendimentos, também é fundamental enfatizar que os resultados esperados da atividade econômica solidária só podem ser alcançados dentro da relação de cooperação entre os sócios.

A pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos. Importa aqui menos o aprendizado do comportamento adequado do que o sentimento que surge da prática solidária. Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado. A Economia Solidária é produzida tanto por convicção intelectual como por afeto pelo próximo, com o qual se coopera. A hipótese aqui é que todos têm inclinação tanto por competir como por cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar vai depender muito da prática mais frequente, que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive.¹⁹

Uma educação popular que parte da leitura de mundo dos seus educandos, no caso da economia solidária, deve operar observando as práticas existentes com um olhar crítico aos processos que impactam negativamente o cooperativismo como elemento central das relações econômicas, fortalecendo, por sua vez, as experiências que estimulam e consolidam as dinâmicas de-

¹⁸ Ibidem, p. 16.

¹⁹ Ibidem.

mocráticas no exercício das funções dos empreendimentos.

Nesse sentido, um dos temas centrais é a autogestão e o que ela implica de práticas democráticas nas tomadas de decisões dentro do empreendimento. A formação baseada na educação popular constitui-se num instrumento poderoso para a construção e fortalecimento dessa práxis, pois, como discutido, se por um lado os processos educativos em economia solidária não devem ignorar as condições estruturais impostas à sociedade, por outro, seus princípios devem corresponder às práticas vigentes entre os empreendimentos. Nesse contexto, a educação não se limita a um processo individual, mas se transforma em um ato coletivo e transformador. Ela permite que os sujeitos envolvidos se reconheçam como parte de um todo, compartilhando valores, conhecimentos e estratégias que fortalecem a sustentabilidade dos empreendimentos e a qualidade de vida das comunidades.

A educação em economia solidária: o que diz o movimento social

A Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) foi criada em 2003, fruto da pressão dos movimentos sociais, particularmente do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Nesse momento, a economia solidária passa a frequentar a agenda de políticas públicas do governo federal. A criação da SENAES, como parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi fundamental para promover a inclusão da temática no escopo de ações daquele governo, com irradiação para governos estaduais e municipais, com o diferencial de prezar pela permanente participação dos trabalhadores do setor na formulação de políticas públicas.

Ao mesmo tempo em que criou a SENAES, o MTE também instituiu o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) com a finalidade de estabelecer com a sociedade civil um processo continuado de interlocução, tendo como objetivo principal construir diretrizes para as ações destinadas à economia solidária no âmbito de todos os ministérios do governo federal, gerando capacidade de acompanhamento de uma política nacional de economia solidária que, a seu tempo, permita estruturar o sistema nacional de economia popular e solidária.

Além do CNES, as sucessivas Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) tornaram-se um espaço rico em troca de saberes e possibilitaram, através de intensos debates, a sistematização de um variado espectro de questões nacionais e locais que tocam à economia solidária, elencando alternativas para a superação de problemas; constituindo, desse modo, um espaço de formação política dos seus participantes,

No intervalo de oito anos, entre 2006 e 2014, a SENAES e o CNES arti-

cularam a realização de três CONAES²⁰. A primeira conferência ocorreu em 2006 tendo como foco a luta pela afirmação e reconhecimento da identidade da economia solidária. Quatro anos após a primeira conferência, teve lugar a segunda. Nessa ocasião o centro do debate passou pela reafirmação da economia solidária como obrigação do estado, tornando-se política nacional por meio da qual se garante direito de cidadania. Finalmente, a terceira conferência ocorreu em 2014. Passada mais de uma década da criação da Senaes, a terceira CONAES apontou para um amadurecimento da experiência da política pública federal para essa atividade econômica. Assim, sua demanda passou a ser a proposição de um Plano Nacional de Economia Solidária.²¹

Os espaços de participação e diálogo com os atores da economia solidária, assim como o Plano Nacional de Economia Solidária, este último interrompido com o golpe da presidenta Dilma Roussef, resultaram na produção de instrumentos valiosos de orientação da política pública ao abordarem temas considerados como prioridade para o desenvolvimento da economia solidária, como, por exemplo, o acesso ao crédito, comercialização, marco legal, infraestrutura dos empreendimentos e educação.

As conferências irão reafirmar o caráter popular da economia solidária e a necessidade de uma educação que esteja alinhada aos seus princípios, destacando, por outro lado, que nem todas as práticas educativas são compatíveis com os propósitos que se têm como referência na economia solidária, pois os Empreendimentos Econômicos Solidários e suas representações são organizações de caráter popular, caracterizadas por princípios de solidariedade e cooperação, autogestão e coletivização dos meios de produção, exigindo, portanto, a compatibilidade da formação em economia solidária com essas características.

No âmbito das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o que temos de mais explícito nesse tema é o entendimento de que, somente com uma política de Educação em Economia Solidária definida participativamente, de forma estratégica, com instrumentos, metodologias e conteúdos adequados à realidade dos sujeitos da Economia Solidária, é possível fortalecê-la a partir das práticas da autogestão e de ampliação da democracia desde o universo dos EES até o universo das políticas públicas.²²

20 I Conferência Nacional de Economia Solidária “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento” (2006); II Conferência Nacional de Economia Solidária “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável” (2010); e, III Conferência Nacional de Economia Solidária “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” (2014).

21 BRASIL. 1º Plano Nacional de Economia Solidária: para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, [2015]. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/983/1/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025.

22 Ibidem, p. 5.

Dentro das resoluções da primeira CONAES, a educação ocupa um papel destacado, sendo tratada de forma transversal aos demais temas debatidos durante a conferência, ao mesmo tempo em que se reforça a centralidade da educação popular como método formativo.

A Educação para a Economia Solidária, seguindo os princípios da solidariedade e autogestão, contribui para o desenvolvimento de um país mais justo e solidário. Ela deverá valorizar as pedagogias populares e suas metodologias participativas e os conteúdos apropriados à organização, na perspectiva da autogestão, tendo como princípio a autonomia. Deve viabilizar tecnicamente as suas atividades sociais e econômicas e despertar a consciência crítica dos trabalhadores. A complexidade desta formação inclui tanto estes princípios, enquanto ferramentas para o empoderamento dos sujeitos, como a capacitação técnica, a inclusão digital e a própria prática da autogestão.²³

Assim como assume a educação popular como o caminho para a formação de seus ativistas, a primeira CONAES reconhece a importância dos saberes tradicionais, sem negar o conhecimento científico, acumulado nos centros de formação tradicional, enfatizando a necessidade de convivência e aprendizado entre esses dois campos do saber, reforçando que “a Economia Solidária está desafiada a efetuar a fusão entre o saber popular e o produzido por escolas e universidades!”²⁴

Se a primeira conferência delinea a perspectiva da educação para o campo da economia solidária, ou seja, quais os princípios educativos que devem estar presentes nos processos formativos desse campo da organização social brasileira, a segunda conferência promoverá um avanço que traduz o grau de acúmulo político da economia solidária em termos de educação. Ali se propõe a construção de uma política nacional de educação em economia solidária, para consolidá-la como estratégia de desenvolvimento e como direito ao trabalho associado.²⁵

Na segunda conferência, o debate sobre educação se desenvolve no sentido de definir os mecanismos necessários para exercer incidência sobre os planos de formação e qualificação no nível do governo federal, procurando inserir, dentro dos parâmetros curriculares nacionais, os princípios e valores da economia solidária, o que poderia garantir, dentro do ensino formal, uma grade curricular que também contemplasse as formas de organização econômica que superem o individualismo produtivo.

Definida como uma “construção social”, a segunda conferência indica

23 BRASIL. Op. cit., 2006, p. 20.

24 Ibidem, p. 7.

25 BRASIL. Op. cit., [2015].

que a educação na economia solidária abrange sujeitos que, embora falem a partir de diferentes leituras de mundo, buscam pautar suas ações baseados no desejo de promover transformações que resultem no desenvolvimento sustentável, considerando como constitutivas da sustentabilidade as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política.

Assumindo o trabalho como princípio educativo, a economia solidária reivindica que as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias sejam inseridas nos programas de formação, qualificação, assistência técnica, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e transferência de tecnologia, observando sua relevância no processo emancipatório de transformação dos sujeitos e da sociedade. Desse modo, a segunda conferência delimita aqueles que, no seu entender, são os espaços legítimos para esse projeto político pedagógico:

As ações educativas e de qualificação em Economia Solidária, visando à formação sistemática de trabalhadoras(es) dos empreendimentos econômicos solidários, bem como de formadores e gestores públicos que atuam na Economia Solidária, serão realizadas, prioritariamente, de forma descentralizada, em instituições de ensino, centros de formação em Economia Solidária, no ensino profissionalizante, em entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, nos empreendimentos solidários e dos governos federal, estaduais e municipais, a partir dos princípios e saberes populares da Economia Solidária, como tema transversal.²⁶

Ademais, reforça-se a necessidade de que haja programas de formação nos princípios da Economia Solidária direcionados aos gestores públicos em Economia Solidária, focando principalmente os funcionários públicos de carreira, envolvendo instituições de ensino e as escolas de governo com o objetivo de

(...) ampliar o quadro técnico dos órgãos públicos para atuação em Economia Solidária; fortalecer a integração e intersetorialidade da Economia Solidária com outras políticas públicas; aprimorar a formulação, gestão, execução e avaliação participativas de políticas públicas apropriadas à realidade dos empreendimentos econômicos solidários; subsidiar e facilitar os processos de diálogos e participação social, considerando a autonomia e as especificidades dos atores envolvidos nesses processos para o fortalecimento da Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária e sensibilização dos gestores para a questão do etnodesenvolvimento.²⁷

26 BRASIL. II Conferência Nacional de Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável. Documento-base nacional sistematizado. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 08/02/2025. p. 28.

27 Ibidem, p. 29.

A terceira CONAES, ocorrida em novembro de 2014, foi precedida tanto das etapas regionais quanto de conferências temáticas, incluindo a Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão, organizada pelo Comitê Temático de Formação e Assessoramento Técnico do Conselho Nacional de Economia Solidária.

A conferência temática teve como objetivo “aprofundar o debate sobre educação e autogestão com base nos acúmulos da 1ª e 2ª CONAES; promover o balanço sobre avanços e desafios em relação ao tema; e elaborar propostas para a construção do Plano Nacional de Economia Solidária a ser construído na 3ª CONAES”²⁸. A partir da conferência temática prévia, o Grupo de Trabalho de Educação, também criado no âmbito do CNES, elaborou uma série de subsídios para apoiar os debates sobre educação que ocorreriam nas etapas regionais e nacional da 3ª CONAES.

Em seu documento final, a conferência temática reafirma as contribuições dadas pelas duas conferências anteriores nos termos de uma educação voltada para os sujeitos da economia solidária.

No âmbito das Conferências Nacionais de Economia Solidária, o que temos de mais explícito nesse tema é o entendimento de que, somente com uma política de Educação em Economia Solidária definida participativamente, de forma estratégica, com instrumentos, metodologias e conteúdos adequados à realidade dos sujeitos da Economia Solidária, é possível fortalecê-la a partir das práticas da autogestão e de ampliação da democracia desde o universo dos EES até o universo das políticas públicas.²⁹

A conferência temática que precede a terceira CONAES resgata o esforço contido nas resoluções dos congressos anteriores e que foram sistematizadas pelo CNES em sua recomendação nº 8, de julho de 2012, com a finalidade de subsidiar a construção de políticas públicas de educação em economia solidária.

Os acúmulos da Recomendação Nº 08 do CNES, são reafirmados por todos/as os/as participantes da Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão e, portanto, esta Conferência Temática orienta ao conjunto de participantes de todas as etapas da 3ª CONAES que incorporem seus conteúdos e concepções principais no processo de elaboração dos Planos de Economia Solidária em quaisquer níveis (municipal, territorial, estadual e nacional), resguardando, sobretudo a compreensão fundamental sobre as práticas educativas em

28 BRASIL. Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão: documento final. Brasília, 2014. Disponível em: https://cirandas.net/articles/0028/0635/doc_final_conferencia_tematica_educacao_autogestao.pdf. Acesso em: 8 fev. 2025. p. 3.

29 Ibidem, p. 5.

Como se vê, o conjunto de reflexões proposto pelos atores da economia solidária sobre educação e trabalho no contexto de sua luta de resistência e de afirmação contrasta com o “silêncio a respeito das relações entre a cultura, a educação e a educação popular”³¹ que tem se estabelecido por mais de quatro décadas desde seu surgimento. As conferências nacionais de economia solidária reavivam o espírito da educação popular como o método político pedagógico que pode viabilizar a formação de sujeitos transformadores e em transformação, que buscam por meio do seu ato produtivo questionar a forma de organização econômica vigente, propondo em seu lugar uma outra maneira de produzir, comercializar, e também de consumir, em que o imperativo seja a cooperação e o associativismo, com respeito às demandas do planeta por sustentabilidade e preservação ambiental, aliadas ao bem viver de quem produz.

Conclusão

A relação entre educação popular e economia solidária, como apresentada nesse artigo, é forte e tem como base a compreensão de que os fundamentos e princípios de uma coincide com os valores da outra.

Como observado, a economia solidária demanda um tipo de educação que não seja apenas conteudista, que vá para além daquela educação bancária definida por Paulo Freire. Por seu conjunto de valores, ela necessita de uma formação cujo resultado sejam sujeitos críticos e agentes de transformação que sonhem e operem esse sonho para uma mudança de mentalidade profunda na qual a cooperação se torne a base dominante de um novo sistema econômico, em que a produção, comercialização da produção, a base de crédito e de finanças, além de outros serviços estejam empenhados com o bem viver de seus sócios em um mundo sustentável e socialmente justo. A ética desse sistema é profundamente crítica ao sistema que se baseia na exploração do homem pelo homem e absolutamente comprometida com uma existência humana em que o trabalho não escravize, pelo contrário, seja libertador e solidário.

Nesse sentido, a economia solidária enxerga na educação popular a possibilidade da própria reinvenção do conceito de trabalho, segundo o qual a riqueza produzida por muitos é apropriada por grandes capitalistas, substituindo essa compreensão por um conceito em que o fazer coletivo e a justa distribuição dos resultados em favor das classes populares seja central.

A fala do lavrador Ciço, presente no texto, ilustra a distinção entre a edu-

³⁰ Ibidem, p. 7.

³¹ BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. Op. cit., p. 73.

cação que transforma o destino de um indivíduo e a educação que apenas reproduz o mundo em que ele vive. Essa passagem enfatiza como a educação pode ser um instrumento de emancipação e transformação social.

As Conferências Nacionais de Economia Solidária (CONAES) e os documentos produzidos no âmbito do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) evidenciam a importância da educação popular como método político-pedagógico para a formação de sujeitos transformadores. As discussões e propostas enfatizam a necessidade de uma educação que valorize os saberes populares, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade.

Em suma, a relação entre educação popular e economia solidária se fundamenta na busca por um sistema econômico mais justo, igualitário e sustentável, em que o trabalho seja um instrumento de emancipação e transformação social. A educação popular, nesse contexto, capacita os indivíduos a questionarem a ordem econômica vigente e a construir alternativas baseadas na cooperação, na solidariedade e no respeito ao meio ambiente.